



POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO BUROCRÁTICO

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA**

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Carga Horária: 40h
Créditos: 02
Categoria: Optativa

Ementa do Curso

Políticas Públicas como escolha sócio-político-econômica: é possível um equilíbrio ?; O desenvolvimento burocrático e seus impactos para as políticas públicas: percurso institucional e vieses analíticos; Burocracia e políticas públicas sob o viés institucional: a relação Estado-burocracia e sua relevância para as políticas públicas; Planejamento e gestão no Brasil contemporâneo: desenvolvimento burocrático e os desafios da intersetorialidade - a gestão da informação e o planejamento público via PPA; Burocracia e políticas públicas sob o viés mercadológico: a relação Estado-mercado e sua relevância para as políticas públicas; "Desenvolvimentismo", neoliberalismo e subdesenvolvimento: as variáveis definidoras do "peso" estatal; Burocracia e políticas públicas sob o viés societal: a relação Estado-sociedade e sua relevância para as políticas públicas; O desenvolvimento de instâncias participativas no Brasil: aproximando a sociedade da gerência estatal ?; As interfaces sócioestatais e seus impactos para a gestão pública; Em busca de uma síntese: a relação burocracia, mercado e sociedade na produção de políticas públicas - afinal, é possível obter um equilíbrio ? Arranjos Institucionais de Políticas Públicas; Capacidades Burocráticas e Políticas nas políticas públicas.

Objetivos do Curso

Compreender se, como e em que sentido o percurso histórico de desenvolvimento institucional das burocracias estatais pode afetar a produção de políticas públicas, tendo por fulcro a tríade relacional Estado-Estado, Estado-mercado e Estado-sociedade como base analítica orientadora

Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a:

- Identificar padrões de organização burocrática e os resultados passíveis de serem alcançados a partir dessa configuração;
- Propor mudanças específicas na forma pela qual a burocracia se organiza, tendo em vista o incremento das probabilidades de sucesso para determinada política pública;
- Analisar a relação entre a burocracia e agentes socioeconômicos, de forma a identificar parcerias passíveis de serem estabelecidas como função dos resultados a serem alcançados nas políticas públicas.

Módulo I

Leituras Obrigatórias

HOWLETT, M.; RAMESH, M. & PERL, A. O Contexto da Política Pública. In: HOWLETT, M.; RAMESH, M. & PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, cap. 3.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Estado patrimonial ao Estado gerencial. In: PINHEIRO, P. S.; WILHEIM, J.; SACHS, I. (Org.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARDOSO JR., José C.. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Texto para discussão 1584, IPEA, 2011.

EVANS, P.; RAUCH, J. Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of “Weberian” State. *American sociological review*, v. 64, n. 5, 1999 (2000).

EVANS, Peter. (1993). “O Estado como problema e solução”. *Lua Nova*, no.28-29. São Paulo, Abril.

PIRES, Roberto. Burocracia, discricionariedade e democracia: alternativas para o dilema entre controle do poder administrativo e capacidade de implementação. *Cad. Gestão Pública e Cidadania*, v14, n54 - 2009.

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto; OLIVEIRA, Vanessa. “Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas”. *Revista do Serviço Público* 65 (4): 463-492 out/dez 2014.

LOPEZ Jr., Felix. “Introdução”. In: _____ (Org.) *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Brasília : IPEA, 2015. Pp.11-32.

Leituras Complementares

VAZ, Alexander C. N. Dispersão decisória, centralidade política e entropia burocrática: mitigando custos transacionais na gestão pública. *Opinião Pública (UNICAMP)*, v. 24, p. 622-669, 2018

FARIA, C. A. P., NOGUEIRA, J., & BELÉM LOPES, D. (2012). “Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS”. *Revista de Ciências Sociais*, 55(1), 175-220

Módulo II

Leituras Obrigatórias

NORTH, Douglas. The role of institutions in Economic Development. United Nations Economic Commission for Europe: Geneva, Switzerlandm 2003.

BOSCHI, R. R.; GAITÁN, F. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. Caderno CRH, v. 21, n. 53, p. 303-319, 2009.

CEPÊDA, V. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. Estudos avançados, v. 26, n. 75, p.77-90, ago. 2012.

Leituras Complementares

PORTUGAL, Daniela. As parcerias público-privadas no sistema prisional como um reflexo do processo de constitucionalização simbólica. Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 4 Edição 7 Ago/Set 2010

DIEGUEZ, R.; MIRANDA, C. "Formação de agenda, coordenação intragovernamental e gestão de projetos: a relação entre as dimensões política e de gestão pública na estruturação de projetos de PPP"

Módulo III

Leituras Obrigatórias

TARRAGÓ, Daniel; BRUGUÉ, Quim; CARDOSO Jr., José Celso. “A Administração Pública Deliberativa: inteligência coletiva e inovação institucional a serviço do público”. *Texto para Discussão* 2122. Brasília, 08/2015.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, Mar. 2005.

PIRES, Roberto R. C. ; VAZ, Alexander C. N. . Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova (Impresso)*, v. s/v, p. 61-91, 2014.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 259-305, Sept. 2011

VAZ, Alexander Cambraia N.. Capacidades burocráticas e políticas no âmbito da gestão pública: inferindo limites e possibilidades para a gestão pública operacional. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, Vol.6, N. 2 – 2016

Leituras Complementares

LOPEZ, Felix; BARONE, Leonardo. “As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003- 2011)”. Brasília: IPEA. 2013. TD 1896

WANG, D. ; PIRES, N. ; OLIVEIRA, V. E. ; TERRAZAS, F. . “Os impactos da judicialização da saúde no município de São Paulo: gasto público e organização federativa”. *Revista de Administração Pública (Impresso)*, v. 48, p. 1191-1206, 2014

Leituras Obrigatórias

MARQUES, Eduardo. Estado, atores políticos e governança. In *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2016.

PIRES, Roberto R. C.; GOMIDE, Alexandre A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v.24, n58, 12-143, 2016

STOCO, Rui. Conselho Nacional de Justiça: criação e vocação. In: MARRAFON, Marco Aurélio; MENDES, Gilmar Ferreira; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins (coords.). *Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 37-61

SADEK, Maria Tereza Aina. CNJ: o futuro da agenda. In: MARRAFON, Marco Aurélio; MENDES, Gilmar Ferreira; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins (coords.). *Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 109-123

Leituras Complementares

PIRES, R.; CARDOSO Jr., J.C. "Dilemas entre controle e autonomia de gestão: alternativas e possibilidades de superação" In: PIRES & CARDOSO Jr. *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011. Pp.243-256

BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e sociedade*, v. 21, número especial, p. 811-829, 2012.
